

A Conformação do Espaço Senegambiano – Séculos XV ao XVII¹

Felipe Silveira de Oliveira Malacco²

RESUMO

O presente trabalho tem por intenção discutir o que era o espaço conhecido por Senegâmbia entre os séculos XV e XVII. Para isso, faz uma análise histórica, embasada em fontes produzidas neste período, produtos das interações econômicas, políticas, sociais e culturais entre europeus e senegambianos, bem como na historiografia especializada sobre o tema. O principal referencial teórico metodológico para a análise é a História Atlântica, conceptualização que leva em consideração que os contatos por vias atlânticas entre três continentes, África, América e Europa, geraram diferentes mudanças, à depender do tempo e do espaço em que foram realizadas. Recente historiografia, que parte dessa premissa teórica, passou a procurar entender a agência dos povos africanos na conformação do mundo atlântico, não sendo apenas personagens passivos no contato com europeus e americanos, premissa compartilhada por este trabalho. Os sujeitos em análise são os diferentes povos que habitavam a Senegâmbia, os comerciantes europeus com que se conectavam pelo comércio atlântico, bem como os europeus que, dentro da prática social senegambiana, *Landlord and Strangers Reciprocities*, se instalavam em terra na região. O resultado da discussão foi um entendimento, por nossa parte, de quais seriam os “cimentos” que dariam unidade à Senegâmbia, bem como a percepção da premente agência dos senegambianos na conformação do mundo atlântico.

PALAVRAS-CHAVE: Senegâmbia; História Atlântica; Agência.

¹ Pesquisa realizada sobre financiamento de bolsa de doutorado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: fmalacco@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por intenção fazer uma discussão sobre o que seria o espaço conhecido por Senegâmbia entre os séculos XV e XVII. Para isso, procuramos fazer uma contextualização do recorte temporal e espacial em questão, bem como sobre as ligações comerciais e políticas com o exterior por parte de quem habitava este espaço à época. Também buscamos discutir, historiograficamente, as diferentes interpretações que existem sobre este espaço e a sua contextualização dentro dos chamados estudos atlânticos. Por fim, discutimos a agência dos povos e unidades políticas senegambianas dentro deste cenário histórico que, de maneira nenhuma, foram passivos. Muito pelo contrário, são importantes agentes conformadores do Mundo Atlântico.

Para falarmos da inserção da Senegâmbia neste espaço, é necessário que façamos uma contextualização da expansão marítima europeia. Como explica John Thornton (2002), em “A África e os Africanos no Mundo Atlântico”, estas navegações não foram uma medida tomada de maneira abrupta. Muito pelo contrário, esta expansão foi realizada de maneira paulatina, e dependente da certeza de lucros em empreender uma próxima viagem. O fato da Europa possuir dois mares internos, o Mediterrâneo e o do Norte, trouxe uma necessidade material de certo desenvolvimento técnico da marinha. Já existia “um comércio regular já entre o Mediterrâneo e os mares do Norte ao final do século XIII, o que por fim levou a navegação europeia ao Atlântico” (THORNTON, 2002, p. 64). A descoberta acidental, em 1312, e a violenta colonização das ilhas Canárias, em 1335, que, por sinal, levou ao genocídio de toda a população autóctone, foi um incentivo para empreendimentos mais longos.

Seguindo sua linha argumentativa, Thornton afirma que as possibilidades de retorno econômico foram um elemento condutor do desenvolvimento tecnológico. Desenvolvia-se as técnicas marítimas se houvesse certeza de novos e maiores lucros. E, mais que isso, argumenta também que como a Europa, enquanto continente, necessitava das navegações marítimas para se interconectar, é apenas uma “fantasia romântica” atribuir a expansão por mar apenas aos portugueses e espanhóis. Era um exercício de caráter internacional, de compartilhamento de técnicas de todo o continente, que permitiu a existência de embarcações que suportassem a navegação atlântica (THORNTON, 2002, 65-67).

A partir desse desenvolvimento técnico, uma longa e paulatina navegação na costa do continente africano teve lugar. Dentre as motivações econômicas que levaram os europeus a fazerem essa navegação de cabotagem na costa africana, a principal era acessar as ricas minas de ouro na África Ocidental, especificamente do local onde se localizava a organização política do Mali. Na Europa já havia o conhecimento destas minas desde, no mínimo, o século XIII. Este conhecimento era advindo da conquista árabe da Península Ibérica, período entre o ano 711 e 726 e com fim apenas em 1492, quando tropas

espanholas conseguiram expulsar os muçulmanos de Granada, no sul da atual Espanha.

Com a conversão do Mansa do Mali ao islã³, em meados do século XIII, a região passou a fazer parte da *Umma*, uma chave religiosa-comercial de integração de fiéis muçulmanos. Assim, o ouro saindo das minas de Bambuk, Galam e da região de Niani, posse do Mansa, chegava até a Europa por vias saarianas. Assim, para os europeus que se lançavam aos mares, “serão os artigos do comércio internacional que irão atrair os portugueses desde a ‘descoberta’ [da África] quando se abre a segunda frente de contato [com a Europa]. E, naturalmente, será o ouro a mercadoria mais cobiçada” (PERSON, 2010, p. 337).

Com esta motivação comercial, os europeus chegam à região do rio Senegal, limite norte da Senegâmbia e, por proximidade geográfica, primeira região a se acessar por vias atlânticas partindo da Europa, em 1440. Os primeiros contatos não foram amistosos. Ainda com o imaginário da conquista militar das ilhas Canárias, em que escravizaram e dizimaram completamente a população nativa, junto com a prática de atacar caravanas que passavam próximo à costa do Saara, quando chegaram ao rio Senegal, os europeus tentaram executar a mesma prática. Porém, o desenrolar destes atos belicosos foram bem diferentes:

Uma das expedições ao rio Senegal, liderada por Lançarote de Lagos em 1444, atacou brutalmente os moradores de diversas ilhas ao largo. Os habitantes, embora tenham conseguido infligir algumas baixas em seus agressores, não tiveram outro recurso do que tentar fugir para áreas de mais difícil acesso. Outras expedições subsequentes comportaram-se mais ou menos da mesma forma, mas logo as forças navais africanas foram alertadas desses novos perigos, e os navios portugueses começaram a enfrentar uma forte resistência. Por exemplo, em 1446, um navio sob o comando de Nuno Tristão tentou desembarcar uma tropa armada na região de Senegâmbia, mas foi atacado por navios africanos, e os africanos conseguiram matar quase todos os invasores. Do mesmo modo, em 1447 Valarte, um navegador dinamarquês a serviço de Portugal, foi assassinado junto com a maioria de sua tripulação quando embarcações locais o atacou perto da ilha de Gorée (THORNTON, 2002, p. 81).

Como se percebe, a partir do momento em que tomaram conhecimento das intenções beligerantes dos navios europeus que vinham do mar, os povos costeiros da Senegâmbia tiveram condições de preparar uma exitosa resistência. Nem na costa, nem nos leitos dos rios e muito menos em terra, os europeus conseguiram executar sua tradição de dominar e atacar. Ao contrário, tiveram que pensar em uma estratégia de estabelecimento de comércio pacífico.

É na viagem do veneziano Alvise de Cadamosto, de 1455, financiado pela coroa portuguesa, que se tem a notícia de primeira tentativa efetiva de estabelecimento de comércio pacífico. Apesar de já ter comercializado pacificamente com os jalofos no Senegal, ao chegar ao rio Gâmbia, as embarcações que comandava foram prontamente atacadas pelos mandingas da

³ Para mais informações do triunfo do islã no Mali, ver Niane, 2010.

região. Após algum tempo de enfrentamento, com baixa dos dois lados, o *língua*⁴ levado por Cadamosto finalmente conseguiu estabelecer contato e informar das intenções pacíficas e comerciais dos navegantes europeus (CADAMOSTO, 1812, p. 54-57). A partir daí, salvo raras exceções, os conflitos diminuíram e a via de regra foi o estabelecimento do comércio pacífico entre europeus e senegambianos.

Um facilitador para a presença europeia, principalmente portuguesa, na Senegâmbia foi a “descoberta” do arquipélago de Cabo Verde em 1456. Anteriormente desabitado, o arquipélago é composto por dez ilhas: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, São Tiago, Fogo e Brava. É localizado a apenas 570 quilômetros da costa senegambiana. No período aqui analisado, a colônia portuguesa funcionou como importante entreposto comercial com a costa senegambiana.

Apesar de colônia portuguesa, outros agentes europeus frequentavam suas ilhas. Assim como passavam por outras ilhas atlânticas, como as Canárias e Madeira, agentes europeus em geral, e não apenas portugueses, faziam de Cabo Verde um local de abastecimento. A título de exemplo, podemos citar os comerciantes que passaram pelas ilhas: o inglês Richard Hawkins em memorial escrito sobre viagens realizadas por ele nos último quinze anos do século XVI (MARKHAM, 1878, p. 129-130), o francês Vincent Le Blanc em relato de 1592 (LE BLANC, 1592, p. 498), e o germânico Otto Friedrich Von den Groeben em relato de 1683 (JONES, 1985, p. 57). Essa presença de outros europeus que não portugueses em Cabo Verde mostra as dificuldades de Portugal conseguir algum monopólio comercial no local, embora teoricamente, na lei lusitana, fosse isso que devesse ocorrer.

Após esta rápida apresentação percebemos desde já uma importante característica da Senegâmbia: ela não era uma região isolada, fechada em si mesma. Mesmo antes da chegada dos europeus, em 1440, já era uma região comercialmente interligada ao norte África e mesmo à Europa, através dos agentes que circulavam pelas rotas saarianas. A abertura da via mercantil atlântica foi mais uma rota de comércio de longa distância. A partir dessa premissa, discutiremos agora como a historiografia a limitou em seu sentido geográfico, político e cultural.

O QUE É A SENEGÂMBIA?

Pelas grafias dos países contemporâneos Senegal e Gâmbia, a primeira analogia que podemos fazer ao pensarmos em Senegâmbia seria que esta corresponde a junção geográfica dos dois países. Mas é necessário lembrarmos que os países africanos atuais tem suas fronteiras em muito condicionadas pelas medidas arbitrárias da Conferência de Berlim que, em 1885, dividiu a bel prazer dos colonizadores europeus todo o continente, sem levar em consideração as

⁴ Língua é o nome que aparece nas fontes portuguesas do período analisado para nomear africanos que haviam sido escravizados e levados para a Europa, onde aprendiam os idiomas locais. De modo geral, eram habitantes originários da região onde se pretendia fazer comércio. Assim, funcionavam como tradutores entre os comerciantes europeus e africanos.

divisões políticas, sociais e culturais anteriores. Inclusive, o desrespeito por estruturas históricas africanas foi um dos principais causadores de guerras civis no período pós-independência.

Nesse sentido, tentando estabelecer uma unidade para esta região, o historiador Boubacar Barry, assim a definiu:

Geograficamente, a Senegâmbia encontra-se totalmente dentro da zona tropical entre o Sahel e as florestas da Guiné. Dois rios, o Senegal e o Gâmbia, tanto sustentam quanto simbolizam a unidade geográfica da região. Ambos brotam da mesma massa de terras altas, o planalto do Futa Djalon. Eles fluem através de uma formação geológica, estrutura tectônica e zona climática similar. E eles fluem para idênticos regimes de maré no mesmo oceano Atlântico, a poucas centenas de quilômetros de distância (BARRY, 2002, p. 5)⁵.

Para Barry, portanto, a Senegâmbia se define por ser uma zona de diferentes domínios morfoclimáticos, com a presença de importantes cursos d'água, sendo os rios Senegal e Gâmbia os dois principais da região. Os limites geográficos seriam o Futa Toro e o Futa Djalon à leste; o Atlântico a Oeste; o rio Kolonté, localizado na atual Guiné-Conacri ao sul; e o rio Senegal ao norte. A justificativa para essa delimitação espacial seria as relações, em âmbito político, econômico, social e cultural com o mundo muçulmano. Assim, para Barry, é um fator externo, o islã e o pertencimento a *Umma*, que garante uma unidade à região.

Obviamente, o islã foi incorporado por parte significativa dos senegambianos durante a Era Moderna. Hoje, Senegal e Gâmbia são países majoritariamente muçulmanos. Porém, consideramos problemático pensar unidade regional baseado em fatores que são, à época, externos à região. Nem todos os povos que habitavam a Senegâmbia eram majoritariamente muçulmanos e não necessariamente a ligação com a *Umma* eram prementes à todos. Mesmo para os muçulmanos jalofos do Caior e para os muçulmanos mandingas das unidades políticas às margens do rio Gâmbia, por exemplo, à medida que o comércio atlântico se desenvolvia, ele foi se tornando a principal ligação comercial de longa distância.

Em uma definição que consideramos ser mais autóctone, José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias sugerem a ampliação da Senegâmbia, ao sul, até à região definida por Serra Leoa. Isso porque a região também fazia parte de um espaço comercial, político, social e cultural comum, com funcionamento articulado, que deve ser compreendido como um espaço de “conveniência e convivência” e “complementaridade e transição” (DIAS; HORTA, 2007).

O alargamento do limite sul até a região de Serra Leoa – região com limite Sul em Cabo do Monte e limite norte na Ilha de Los – é por ser esta região

⁵ Tradução nossa: Geographically, Senegambia lies wholly within the tropical zone between the Sahel and the forests of Guinea. Two rivers, the Senegal and the Gambia, both underpin and symbolize the region's geographical unity. Both spring from the same upland mass, the Futa Jallon plateau. They flow through similar geological formations, tectonic structures, and climatic zones. And they flow into identical tidal regimes in the same Atlantic ocean, a few hundred kilometers apart.

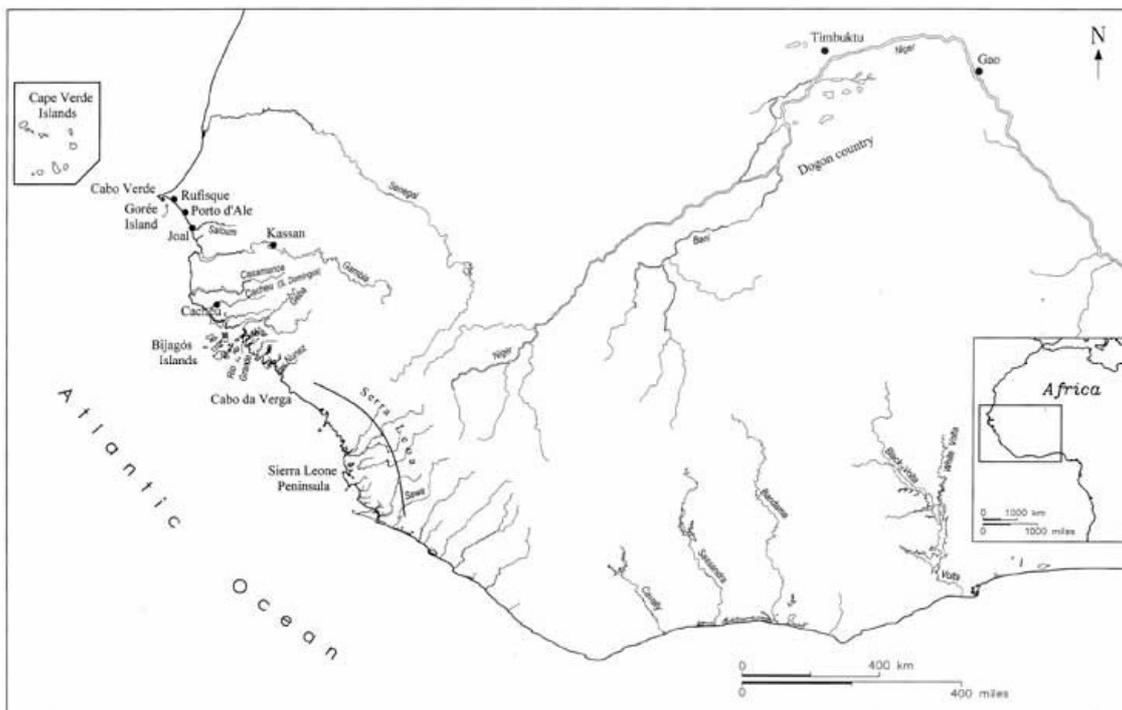
também interligada aos rios Gâmbia e Senegal ao norte pela agência comercial dos jaxanke, grupo pluriétnico de comerciantes, envolvidos no comércio interno. Com base nas fontes, tendemos a concordar com esta assertiva. Conforme escreveu o comerciante português Francisco Lemos Coelho, na segunda metade do século XVII:

No outro braço do rio [Pongo, na região de Serra Leoa] está a aldeia Depomga, que é do mesmo trato e negócio, nela houve também sempre aldeia de brancos, com uma Igreja de Santo Antônio, de que são muito devotos como já tenho dito; há grande negócio de marfim, e roupa branca, que chamam catés. Também há algum ouro que trazem os Jagamcazes [Jaxanke], que vem a buscar sal, porque aqui é a maior feira que tem os brancos deste gênero, e sempre o muito é pouco, estes jagamcazes dizem que quando partem da sua terra, partem três cáfilas, uma para o rio Senegal, outra para o rio Gambia e outra para aqui (COELHO, 1953, p. 61).

Fica aí explícita a “complementaridade e transição” descrita por Dias e Horta. Os jaxanke seriam um grupo que vinham “da terra do mandimansa”⁶ (COELHO, 1953, p. 8), em três diferentes cáfilas para comercializar no rio Gâmbia, Senegal e Pongo, conformando redes de comércio internas que, indo até os portos fluviais e marítimos, as colocava em contato com as redes comerciais atlânticas. Além disso, era da região de Serra Leoa que era exportada noz-de-cola, um dos produtos mais importantes de circulação interna na Senegâmbia. Essa importância se torna explícita no relato do cabo-verdiano André Álvares Almada (1594, p. 283-284), que afirma que “a cola vale [muito] em todo Guiné, mas neste Rio [Gâmbia] é mais estimada que em todos os outros; [...] caminha um negro todo o dia, comendo nela e bebendo da água, e tem-na por medicinal para o fígado e o urinar”. Para além dessas funções medicinais, o fruto também tinha dimensões simbólicas, em especial nas trocas rituais e também nas cerimônias (BARRY, 2002, p.18). Sendo parte de uma região “complementar” em seu sentido comercial pelos Jaxanke e produzindo uma das mercadorias mais importantes de circulação interna, consideramos correto a integração da Serra Leoa à macrorregião da Senegâmbia.

⁶ Diz respeito ao mandatário do Mali.

Imagem 1: Greater Senegambia/ Guiné do Cabo Verde in Western Africa



Fonte: “A Grande Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde no Noroeste Africano”. In: HORTA, J. da Silva; MARK, Peter. *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Mapa de Peter Mark e de José da Silva Horta.

No mapa acima, podemos ver as delimitações do rio Senegal, Gâmbia e da região de Serra Leoa. Como se percebe, a Senegâmbia, em seu sentido histórico, é bem diferente dos atuais países homônimos. Em primeiro lugar, não havia as categorias nacionais – senegaleses e gambianos – como auto representação por parte dos povos autóctones. E muito menos haviam apenas duas unidades políticas.

Estudar os povos que habitavam a Senegâmbia é um duplo desafio. Em primeiro lugar, de acordo com as fontes analisadas até então, estes compõem um número razoavelmente grande de diferentes *nações*⁷. Em segundo lugar, a escrita dos etnônimos por parte dos europeus era feita de acordo com o que fazia sentido na sonoridade de seus próprios idiomas e, por vezes, variando de autor para autor, de acordo com o que ouvia e transcrevia para o papel.

Ainda assim, há povos que aparecem recorrentemente nas fontes analisadas. Em um grau de organização política mais centralizado e descritos

⁷ O uso do termo *nações* como marcador identitário, para designar os povos aqui estudados, diz respeito a uma grafia recorrente nas fontes portuguesas, tanto para designar o local europeu de origem quanto as localidades africanas. Por não, portanto, carregar um sentido etnocêntrico e pejorativo, optou-se pelo seu uso para tratar das organizações políticas senegambianas, quando se quer dar ideia de sua totalidade. Optamos por escrever os etnônimos em sua grafia mais comum nas fontes escritas em português.

como muçulmanos praticantes e que, inclusive, auxiliavam na islamização dos outros, percebemos a presença dos jalofos, entre o sul do rio Senegal e norte do rio Gâmbia. Inicialmente eram organizados em uma espécie de confederação, centralizada pelo Gran-Jalofo, localizado mais ao interior da Senegâmbia, ligado diretamente ao comércio saariano. Os outros “Estados” controlados politicamente pelos jalofos eram o Saalum, Ualo, Caior, Baol e Siin, este último sendo habitado predominante pelos sereres.

Sobre os sereres, as informações são esparsas. Essa dificuldade em encontrar os sereres nas fontes diz respeito a forma que o etnônimo era grafado nas fontes europeias. De acordo com Thiago Mota, “em Portugal, barbacin era o designativo aplicado ao Serere que, no idioma jalofo, corresponde a buur ba Siin, o governante de Sine, e aplica-se àqueles sujeitos a este potentado” (MOTA, 2017, p. 43). De fato, sereres e barbancins são palavras sinonímicas. O Siin fazia fronteira com o Caior, estando ao sul desta unidade política jalofo e tendo autoridade sobre alguns pontos na margem norte do rio Gâmbia.

Os mandingas, também descritos como muçulmanos, tem sua origem, segundo as tradições orais⁸, na unidade política do Mali. Após uma migração para o oeste, capitaneada pelo general Tiramakan Traoré, homem de confiança de Sundjata Keita, fundador do Mali, os mandingas se estabeleceram na margem norte do rio Gâmbia e fundaram o Kaabu, organização política que se estendia dos rio Gâmbia até o rio Geba. Com a decadência do Mali no século XVII, o Kaabu se tornou a principal unidade política mandinga, não apenas independente, mas também com várias outras unidades políticas que, por linhagens de parentesco, lhe devia dependência, como Wuli, Niani, Niomi e Badibu, localizadas na margem norte do rio Gâmbia. Os mandingas, principalmente através dos marabutos e bixirins, autoridades religiosas muçulmanas, eram considerados os principais predicadores do islã na região (LA COURBE, 1913, p. 204)

Os fulas eram um povo majoritariamente também descritos como muçulmanos. Grandes criadores de gado, viviam como nômades na região e seriam, em teoria, dependentes políticos dos mandingas (ALMADA, 1594, p. 241; JOBSON, 1621, p. 100; COELHO, 1669, p. 101). Porém, algumas descrições, como as do cabo-verdiano André Almada, de 1594 e do mercador francês Claude Jannequin, de 1643, descrevem a presença de um Estado centralizado fula no Futa Toro, que seria o centro político dos fulas (ALMADA, 1594, p. 244; JANNEQUIN, 1643, p. 81).

A exceção dos sereres que, pela análise de Almada, estariam em um processo incipiente de islamização (ALMADA, 1594, p. 256), eram muçulmanos e possuíam organizações políticas com um grau maior de centralização. Se concentravam entre as margens do rio Senegal e Gâmbia, com os mandingas estendendo seu poder a uma parte da região ainda mais ao sul.

Ao sul do Gâmbia, entre os séculos XV e XVII, os povos que são descritos nas fontes como praticantes das religiões locais e com uma forma de organização política menos centralizada. Em um sentido partindo da margem sul

⁸ Para mais ver Niane, 1982.

do Gâmbia até a Serra Leoa, os povos descritos são: arriatas, falupos, banhuns, casangas, papeis, balantas, beafares, bijagós e os sapes⁹.

Dentre as descrições destes povos, é interessante que percebamos que a prática comum era um engajamento, em maior ou menor grau, com o comércio atlântico. É importante, porém, elucidarmos que este engajamento não era uma constante no tempo e no espaço, dependendo também da nação europeia com que se comerciava.

Como exemplo, citamos o caso dos falupos. André Almada, navegando em nome da coroa portuguesa, afirmou: “são grandes criadores; há muito gado vacum e cabrum nas suas terras; não têm comércio nenhum conosco” (ALMADA, 1594, p. 289). Lemos Coelho, também navegando por Portugal, corroborou: Lemos Coelho acrescenta a não ligação comercial com os falupos: “e mais barbaramente vivem os Falupos, que não temos comunicação com essa gente” (COELHO, 1669, p. 32).

Porém, o mercador francês Vincent le Blanc, em 1592, reafirma a criação de gado por parte dos falupos e a possibilidade de se adquirir couro com comerciantes desta nação (LE BLANC, 1592, p. 500). Outro francês, Michel de La Courbe, em 1685, escreve sobre outra possibilidade comercial: “todo este país é cercado por água, e estas árvores nascem, ou as abelhas fazem o seu mel, e é por isso que este é um grande negócio de cera; os povos deste país são Feloupes”¹⁰ (LA COURBE, 1685, p. 204). Este tipo de descrição dissonante entre agentes de diferentes nações europeias aparece também para os balantas, beafares e bijagós. Esta dissonância de informações já é um forte indício do que defenderemos no próximo tópico: a presença europeia não foi capaz, ao menos até o século XVII, de impor regras a serem seguidas pelos povos Senegâmbia.

HISTÓRIA ATLÂNTICA, SENEGÂMBIA E AGÊNCIA

Ao comercializarem com os europeus por vias atlânticas, os povos senegambianos se colocaram como participantes de uma via comercial de ligação de três continentes: África, América e Europa. A historiografia que estuda este contato oceânico entre diferentes povos, em diferentes relações de poder dependendo-se dos espaços em que se desenvolvem as relações, com diferentes formas de contatos e impactos econômicos, sociais e culturais, se aprofundou ao ponto de criar um conceito teórico-metodológico próprio, a História Atlântica. Quanto a definição do espaço do mundo atlântico, concordamos com a definição de John Thornton:

O Atlântico se conectava a rotas fluviais tanto na África quanto nas Américas, que constituíam um complemento vital para o Oceano,

⁹ Sapes é uma terminologia utilizada pelos portugueses para descrever grupos etnolinguísticos que habitavam a costa da Senegâmbia, do norte da Serra Leoa até o sudeste da atual Guiné-Bissau. Compreendiam vários grupos como os bolões, temne, nalus, landumans e bagas e que, ao final do século XVI se misturaram culturalmente aos manes, de origem mandinga.

¹⁰ Tradução nossa: Tout ce pays est entouré d'eau et de ces arbres noyez ou les abeilles font leur miel, ce qui est cause qu'on fait en ce lieu la un grand commerce de cire ; les peuples de ce pays sont Feloupes.

reunindo sociedades e Estados que, com frequência, situavam-se a quilômetros da costa em contato com o mar e, por conseguinte, com outras sociedades e estados. Mesmo os rios que não permitiam a navegação de barcos oceânicos para regiões no interior serviam de conexões para as grandes redes de viagem e comércio no interior. A combinação de rotas marítimas e fluviais definiu a configuração da zona atlântica (THORNTON, 2004: 55).

Possuindo rios largos e profundos o bastante para permitir a navegação de grandes embarcações, como o Senegal, Gâmbia e São Domingos, as características fluviais da Senegâmbia permitiram uma grande interiorização das rotas comerciais atlânticas. Como dito, a história atlântica não diz respeito apenas a uma definição espacial, porém também é uma metodologia do fazer historiográfico. Seu “ponto de partida é reconhecer a impossibilidade de definir qualquer conjunto de características específicas que atravessaram três séculos do mundo atlântico no início do período moderno” (BAYLIN, 2005, p. 61)¹¹. Diferentes interações em lugares distintos geraram mudanças particulares, de acordo com as realidades locais e contatos estabelecidos. Assim, “não há uma unidade histórica estática, cujos elementos e natureza essencial permanecem imóveis ante o historiador” (BAYLIN, 2005, p. 61)¹².

Em concordância, a historiadora estadunidense Alysson Games afirmou: “não há nenhum estilo uniforme de encontro cultural ou de mudanças em torno ou dentro do oceano, mesmo dentro de uma entidade imperial singular [...] É impossível dizer sobre um estilo Atlântico de interação, ou de uma única cultura Atlântica, ou mesmo, um sistema Atlântico” (GAMES, 2006: 751)¹³. Dada a impossibilidade de se trabalhar com unidades históricas estáticas na história atlântica, o historiador britânico David Armitage estabeleceu três diferentes métodos de análise. A primeira seria a história circum atlântica, que corresponderia à história do Atlântico como uma zona particular de troca, de circulação e transmissão. Isto é, a história do Atlântico como uma arena distinta de qualquer lugar em particular, mais estritamente, zonas oceânicas que o compõe. A segunda possibilidade é a história transatlântica, que seria a história do Mundo Atlântico contada por meio de comparações, ou seja, pelas conexões entre regiões e pessoas que formalmente se mantiveram diferentes. A terceira forma, seria o conceito de história cisatlântica, ou seja, a história de um lugar particular em relação a um mundo Atlântico mais amplo (ARMITAGE, 2012).

Dentro da história atlântica, uma série de estudos têm se atentado a agência que povos e indivíduos africanos possuíram na conformação deste espaço. Nesta perspectiva, podemos citar, como profícuos exemplos, os trabalhos de John Thornton (2004), cuja primeira publicação em língua original

¹¹ Tradução nossa: The starting point is to recognize the impossibility of defining any specific set of characteristics that carries through the entire three centuries of the Atlantic World in the early modern period.

¹² Tradução nossa: This was no static historical unit whose elements and essential nature lie motionless before the historian.

¹³ Tradução nossa: There was no uniform style of cultural encounter or Exchange around or within the ocean, even within a single imperial entity. It is impossible to talk about an Atlantic style of interaction, or a single Atlantic culture, or even an Atlantic system.

data de 1992, de Paul Gilroy (2001), primeira publicação em 1993, de Robin Lawn e Kristin Mann (1999); de Boubacar Barry (2002) e, recentemente, de Vanicléia Silva Santos (2008) e Thiago Mota (2018). Sem perder de vista a crueldade do processo escravista, que vitimou milhões de africanos no decorrer da Era Moderna, estes trabalhos conseguem também mostrar como os agentes em África ou afro-americanos participaram, existiram e auxiliaram na conformação do mundo atlântico, seja em termos políticos, sociais, culturais ou econômicos.

É em uma perspectiva cisatlântica, em que analisamos a Senegâmbia com relação a sua participação na conformação de um mundo atlântico mais amplo e, buscando compreender como os povos desta região não foram passivos neste contato, que buscamos entender metodologicamente este trabalho.

Para além da própria resistência às primeiras tentativas beligerantes de contato europeu por vias atlânticas, podemos pensar em outras formas de agência política e comercial dos povos senegâmbianos. Em primeiro lugar, podemos citar o fato de que a Inquisição europeia, que se encontrava em seu auge no período que analisamos aqui, não conseguiu atuar na maior parte da Senegâmbia. Este órgão, representante da ortodoxia católica, tentou estender seu poder à região em busca de combater os lançados¹⁴. Em influente trabalho, José da Silva Horta e Peter Mark demonstraram como o líder jalofo do Baol foi enfático ao declarar que não entregaria judeus e cristãos-novos que habitavam seu território às autoridades eclesiais portuguesas, lembrando que é ele que embora os portugueses dominassem os mares, era ele quem ditava as normas na terra (HORTA; MARK, 2011, p. 101)

Um fator que une a soberania política e comercial dos mandatários senegambianos é a evidência de que, para a realização das trocas comerciais, os europeus tinham que pagar uma espécie de taxa aos mandatários de cada localidade que iam. A título de exemplo, Donelha afirma que, “detendo-se aqui [em Cantor, no rio Gâmbia] dois dias [para comerciar], deixando alguma pessoa do navio com fazenda para resgatar, pagando ao rei a dádiva que é os direitos ordinários, que é uma peruleira de vinho ou sua valia” (DONELHA, 1625, p. 142). Possuímos exemplos semelhantes em inúmeros relatos, como nos dos comerciantes ingleses Richard Rainolds e Thomas Dassel (RAINOLDS; DASSEL. 1591, p. 3); do comerciante flamengo Pieter de Marees (DE MAREES, 1605, p. 3), e dos franceses Claude Jannequin (JANNEQUIN, 1643, p. 61) e Michel de La Courbe (LA COURBE, 1685, p. 136).

Por fim, ainda nesse sentido político e comercial, percebemos também que as soberanias da Senegâmbia utilizavam-se de elementos diplomáticos de

¹⁴ Eram emigrantes, de origem social múltipla, que se fixavam na Senegâmbia com a concordância dos mandatários locais. Como se instalavam em terras continentais, eles tinham muitas vantagens em relação a outros agentes externos que tentassem comerciar em África, pois possuíam conhecimento das estruturas políticas, sociais e comerciais nativas. Grande parte desses lançados era, parte de grupos que sofriam perseguição nas sociedades de origem. Desta forma, muitos judeus e cristãos novos, perseguidos pela inquisição Ibérica, eram frequentes entre os lançados.

igual para igual com soberanias europeias. Como principal exemplo, há o caso de Bemoim Jelem, aspirante ao trono jalfo que, ainda em 1488, foi à Portugal solicitar auxílio em meio a uma crise sucessória (BARROS, 1488). Em 1591, Richard Rainolds e Thomas Dassel, afirmarem sobre a possibilidade de Porto D’Ale irem à França para fazer acordos comerciais e voltarem (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 2).

Também conseguimos, na análise empírica das fontes, perceber que na Senegâmbia, as lógicas sociais e culturais que regiam os contatos entre europeus e senegambianos eram autóctones. Uma das principais práticas sociais e culturais tipicamente senegambianas que ditou a forma de interações entre europeus e africanos na Senegâmbia foi a prática de se acolher bem o estrangeiro, não apenas por questões de amabilidade ou generosidade, mas para criar possibilidades de interações comerciais de longa distância com o local de origem do hóspede. É no esforço de teorização desta prática da hospitalidade que se debruçou parte dos estudos de George E. Brooks. Na vasta e notável produção do africanista, duas obras se destacam no sentido que queremos discutir neste tópico: “Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630”, de 1993, e “Eurafricans in Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century”, de 2003.

Foi nesses dois livros que o autor trabalhou mais profundamente o conceito de *Landlord and Strangers Reciprocities*. Para Brooks, a definição do conceito é a seguinte:

As origens do *Landlord-Strangers Reciprocities* são perdidas na antiguidade, mas seus princípios estão embutidos nos fundamentos das sociedades da África Ocidental. A hospitalidade e o comportamento apropriado em relação aos estrangeiros são assegurados pelas responsabilidades de afiliações de parentesco (reais e imaginárias), pela lei consuetudinária que se acredita ser apoiada por sanções divinas e reforçada pelo uso prolongado, pela socialização de crianças e por ditos frequentemente repetidos, provérbios e histórias heurísticas. Da mesma forma, o comportamento dos estrangeiros é condicionado por fatores precedentes e pelo pavor de acampar à noite, pela dependência de hospedeiros por comida, abrigo, terra, acesso a redes comerciais e outros recursos, e pelo respeito pelos poderes espirituais considerados empunhados pelos hospedeiros, através de sua afiliação com os espíritos de uma determinada área, mediada por ancestrais (BROOKS, 1993, p. 38).¹⁵

¹⁵ Tradução nossa: “The origins of landlord-strangers reciprocities are lost in antiquity, but their tenets are embedded in the fundamentals of the societies of western Africa. Travelers are provided with food and lodging, and their possessions are secured. Hospitality and appropriate behavior toward strangers are ensured by the responsibilities of kinship affiliations (real and imaginary), by customary law believed to be supported by divine sanctions and reinforced by long usage, by the socialization of children, and by oft-repeated sayings, proverbs, and heuristic stories. Similarly the behavior of strangers is conditioned by foregoing factors and by dread of camping out at night, by a dependence on hosts for food, shelter, land, access to commercial networks, and other resources, and by respect for spiritual powers thought to be wielded by landlords through their affiliation with the spirits of a given area, mediated through ancestors”

Como se percebe, Brooks define a prática pela sua antiguidade e por ser fundamental na conformação do tecido social da Senegâmbia. Ao hóspede, era garantida a alimentação, abrigo e proteção por parte do hospedeiro. Esta proteção ao hóspede, fica explícita na proteção aos agentes judeus e cristãos-novos perpetradas por soberanos senegambianos. Uma carta datada de 1641, de autoria de João Pereira, contém a seguinte afirmação: “no ano de 1629 me mandou V. Magestade passar à Guiné desalojar os Holandeses da fortaleza de Berzeguiche, castigar os Portugueses Judeus que viviam com Sinagoga no Arrecife, visitar os Reis vizinhos e corroborá-los de nossa amizade” (PEREIRA, 1641, p. 335). Arrecife é a grafia portuguesa para a cidade de Rufisque, pertencente ao Caior. Por mais que a coroa portuguesa tivesse dado essa ordem à João Pereira, anos mais tarde Alexis de Saint Lô (SAINT-LO, 1637, p. 28) e La Courbe (LA COURBE, 1685, p. 208) notaram a permanência de judeus no local. Isso significa que os mandatários protegiam os estrangeiros que se instalam em suas terras.

Brooks também argumenta que parte desta tradição era o privilégio dado aos estrangeiros de se casar com mulheres locais. O relato do comerciante inglês Richard Jobson, referente a 1621, é elucidativo neste sentido: “estávamos a chegar a uma cidade chamada Pompeton [no rio Gâmbia], onde habitava um português, chamado Jasper Gonçalves, que tinha um jovem parente com ele, chamado Marko, mas nenhuma mulher além de negras”¹⁶ (JOBSON, 1621, p. 159).

Esta descrição mostra duas possibilidades de análise. A primeira é que, considerando que Jasper Gonçalves era um lançado, ele possuía ligações maritais com mulheres locais. A ligação com mulheres locais era sumamente importante para os lançados. Conforme argumenta Alberto da Costa e Silva:

Graças às novas esposas, os portugueses familiarizavam-se com os costumes da terra e passaram a viver sem ofendê-los. Tornaram-se fluentes na língua local e capazes também de entender os povos vizinhos, ou porque pronto se fizeram polígamos, ou porque sua companheira, nos raros casos que era a única, dominava mais de um idioma (como sucede em geral com os africanos) (SILVA, 2011, p. 239).

A segunda é que, com o auxílio dessas mulheres, os lançados e demais europeus que se casavam com senegambianas tinham um maior acesso ao comércio local. Isso porque, de acordo com algumas fontes consultadas, em algumas nações as mulheres tinham importante atribuição de agente comercial. Jobson afirmou que em relação aos nômades fulas no rio Gâmbia: “as mulheres diariamente vinham com suas mercadorias até a gente” (JOBSON, 1621, p. 101). Entre os jalofos, Jacob Le Marie encontrou relação semelhante, e afirmou que “reconhecemos que neste [rio Senegal], os homens não se intrometem com nada, são as mulheres que fazem o tráfico” (LE MARIE, 1695, p. 71).

¹⁶ Tradução nossa: “We were to come to a towne called Pompetane, at which place dwelt a Portingall, called Jasper Consalvos [Gonçalves], who had a young kinsman with him, called Marko, but no women but blacks.”

Esta discussão encontra eco na obra de Philip Havik, que afirma que comerciantes e mulheres locais eram sócios estratégicos no comércio atlântico na costa da Guiné. O autor afirma, ao descrever a parceria entre uma agente chamada Madame Júlia e o comerciante português Joaquim Antônio de Mattos, no século XIX na região de Ziguinchor, que “a mediação de mulheres de descendência africana e luso-africana era regra nos presídios na Guiné, cuja fortuna dependia da intervenção destas para manter as pazes com os povos rebeldes, senhores do território” (HAVIK, 1999, p. 174). Em outro artigo, Havik estudou as relações entre outras duas mulheres e agentes dos enclaves comerciais portugueses na Guiné, Na Bibiana e Ambrósio Vaz no século XVII; e Rosa de Carvalho Alvarenga e Honório Pereira Barreto no século XIX (HAVIK, 2002).

Podemos afirmar que entre os séculos XV e XVII, o número de estrangeiros instalados em terra, aumentou paulatinamente com o passar do tempo. Em princípio, essa presença é acentuada por parte de portugueses. Já em 1592, Vincent le Blanc aponta a existência de portugueses habitando a costa entre o rio Senegal e o rio Gâmbia: “ao longo do mar está o porto de Beziguiche, muito bom e capaz, e coberto na entrada de uma bela ilha, muito frequentada por negociantes estrangeiros na Índia. Entre esses Negros há habitantes portugueses”¹⁷ (LE BLANC, 1592, p. 499). Em 1621, no rio Gâmbia, esta presença portuguesa era tão visível que Richard Jobson, no tópico em que discutirá os habitantes que viviam às margens do rio, primeiro descreve os “Portingales”, corruptela para portugueses (JOBSON, 1621, p. 97).

A presença portuguesa foi, por vezes, mobilizada por mandatários africanos. Os agentes instalados em suas terras podiam ser usados como intermediários comerciais com outros europeus. A descrição de Nicholas Villaut sobre seu trato comercial na região de Serra Leoa é elucidativa nesse sentido: “trouxemos à bordo os mores [Mouros?] e os portugueses e, dentre outros, o filho do Rei de Boulom [...] Para jantar, aprendeu e fez-lhe compor para o resgate com o qual ia discutir com os portugueses que faz o negócio de Rei de Bouré”¹⁸ (VILLAUT, 1669, p. 93).

É interessante também notar a diversificação das nações de onde vêm estes estrangeiros europeus que se instalam em terra. Escrevendo sobre sua presença na região de Serra Leoa, Nicolas Villaut afirmou que “hastemos a bandeira de Ostende, e não da França, por causa de um inglês que vive há muito tempo em uma ilha do rio, onde tem uma bela casa com quatro peças de canhão, amada e protegida pelos reis deste país”¹⁹ (VILLAUT, 1669, p. 63). No mesmo

¹⁷ Tradução nossa: Le long de la mer ils ont le port de Beziguiche, fort bon & capable, & couvert à l'entree d'une belle ille, fort frequenté des estrangers negocians aux Indes. Parmy ces Negres il y a force Portugais habituez.

¹⁸ Tradução nossa: Nous trouvasmes à bord des Mores & des Portugais, entre autres le fils du Roy Boulom [...] Le soir à souper il l'apprit, & le fit por composer pour la rançon laquelle il alla querir avec ce Porguais qui fait les affaires du Roy de Bouré

¹⁹ Tradução nossa: Nous arboresmes le pavillon d'Ostende, & non celey de France, à cause d'un Anglois qui demeure depuis long-temps dans une isles de la riviere, où il a une belle maison avec quatre pieces de canon, aymé & protégé des rois de ce pays.

sentido, Michel de La Courbe escreveu sobre um agente inglês que habitava em um aflente do rio Grande:

Encontramos neste córrego uma pequena construção inglesa que vinha de Serra Leoa, subimos lá, onde o capitão nos recebeu muito bem e nos fez fazer o lanche, onde a carne de porco não foi esquecida. Ele era católico romano e nos conta que foi casado em Serra Leoa com uma senhora negra do país que lhe dera uma ilha que ele cultivava. Sua edificação poderia ser de 40 a 50 toneladas tirado da madeira de Serra Leoa (LA COURBE, 1685, p. 228).²⁰

Uma importante inferência que podemos fazer a partir deste excerto é que mesmo sendo agente de outra nação, a inglesa, uma lógica anterior de integração social do estrangeiro a partir do casamento permanece: ela havia sido casado com uma mulher de Serra Leoa, que lhe dera uma ilha para cultivar.

Em tese de doutorado defendida em 2018, Manuel Bivair fez um apanhado historiográfico sobre quais seriam os “cimentos” que dotavam de inteligibilidade uma unidade política, social e cultural da Senegâmbia. Afirmou que “quem olhou para a Senegâmbia em busca de cimentos encontrou-os externos. Mandé, brancos, e Islão” (BIVAR, 2018, p. 13). Afirmou também que “na bibliografia senegambiana as relações entre o estrangeiro e os donos da terra têm sido chamadas de “landlord-stranger”. Se há cimentos senegambianos este parece ser um deles” (BIVAR, 2018, p. 12). Concordamos com a análise. De fato, consideramos que ao estudar a história da Senegâmbia, devemos nos atentar principalmente as formas de inteligibilidade internas ao espaço estudado. Ainda mais na Senegâmbia, onde projetos coloniais europeus não lograram êxito até meados do século XIX.

Além da integração comercial proporcionada pelos Jaxanke apontada por Dias e Horta (2007), consideramos que a prática de *Landlord and Strangers Reciprocities* era uma norma social interna, à qual os estrangeiros tiveram que se adaptar, e que esteve presente na Senegâmbia entre os séculos XV e XVII, sendo elemento conformador da possibilidade de se pensar a região em uma unidade social, política e cultural.

Tendo por base essa argumentação empírica na análise das fontes, e em concordância com a historiografia especializada, pensamos ser possível afirmar que não houve, efetivamente, colonização europeia entre os séculos XV e XVII na Senegâmbia, uma vez que não havia capacidade, por parte dos europeus, de se obrigar os mandatários africanos a se engajar em trocas comerciais que eles não quisessem. As lógicas políticas, sociais e culturais que vigoravam em um contexto senegambiano eram internas, e não uma impostas por agentes externos. Concordamos, assim, com o que escreve Joan-Pau Rubies, “os povos da África e da América não foram, de nenhum modo, espectadores passivos.

²⁰ Tradução nossa: Nous trouvâmes dans ce marigot un petit bâtiment anglais qui venoit de Serrelione, nous allâmes a bord, ou le capitaine nous receut fort bien et nous fit faire la collation, ou la ponche ne fut pas oubliée. Il estoit catholique romain et nous dit qu'il estoit marié à Serrelione avec une dame noire du pays qui luy avoit donné une isle qu'il faisoit cultiver. Son bâtiment pouvait être de 40 a 50 tonneaux et avoit été baty a Serrelionne du bois du pays

Desempenharam papéis cruciais na formação do sistema Atlântico”²¹ (RUBIES, 2011, p. 22);

CONCLUSÃO

Estudar a agência dos povos africanos, em sua especificidade, é importante para escapar de armadilhas generalistas em que se pode incorrer ao analisar a totalidade de um continente, possuidor de uma infinidade de povos e culturas, em sua relação com o restante do mundo. A Senegâmbia, primeira região africana a entrar em contato com o mundo atlântico, possui singularidades, baseada em integração econômica interna e práticas sociais e culturais em comum, que permite sua análise enquanto unidade geográfica.

É importante também salientar que, ao estudar a agência destes povos, naturalmente, não se tem a intenção de reduzir os impactos históricos da sua ligação com o mundo atlântico. Os horrores da escravidão atlântica, causadora de uma verdadeira hemorragia demográfica em que milhões de pessoas foram transportadas à força entre a Senegâmbia e a América, é um destes impactos.

Além disso, com o tempo, através da prática social de *Landlord and Strangers Reciprocities*, mandatários senegambianos acabaram permitindo a instalação de fortes e/ou criação de vilas por parte de comerciantes europeus nas margens ou em ilhas nos rios e na costa atlântica. São exemplos destas instalações o forte de Saint Louis, francês, no rio Senegal, a povoação da ilha de Gorée, por franceses, na costa do Caior, a instalação do forte de Saint James, inglês, no rio Gâmbia e a constituição da vila de Cacheu, portuguesa, no rio São Domingos.

Optamos, no período entre o século XV e XVII, tratar essas povoações como enclaves. Estes foram criados como locais de presença fixa europeia, com poder de mando reduzido e que dependiam, em sentido político, econômico e social, das unidades políticas senegambianas ao seu entorno. A escolha do termo parte da premissa a palavra, em um sentido político, premedita a existência de outro Estado com o qual se mantêm relações de dependência. Não se resumia, apenas, à um depósito de mercadorias. O enclave envolvia densas relações sociais, políticas e culturais com as unidades políticas senegambianas em seu entorno.

Porém, ao analisarmos estes locais em perspectiva histórica, embora a criação dos enclaves não seja uma forma de colonização em si, nos parece que têm profundas relações ao que seria colônia mais de um século depois. Não é coincidência que Gorée e Saint Louis estejam presentes no que viria a ser Senegal, de colonização francesa após a Conferência de Berlim. O mesmo vale para as relações entre o forte de Saint James e Gâmbia, de colonização inglesa, e Cacheu e Guiné Bissau, de colonização portuguesa.

²¹ Tradução nossa: “The peoples of Africa and America were by no means passive spectators and played crucial roles in shaping Atlantic system.”

Consideramos, contudo, importante discutirmos este momento da história da África e os africanos, antes da espoliação causada pelo colonialismo do século XIX e do neocolonialismo²² após as guerras de independência no século XX. A intenção de se estudar as particularidades da Senegâmbia no período entre os séculos XV e XVII e a agência dos senegambianos neste período caminha em paralelo ao que John Thornton afirmou, que “devemos ampliar nossa estimativa do papel exercido por essas sociedades na formação do Mundo Atlântico” (THORNTON, 2004, p. 80), demonstrando, a partir desta análise regional, o quão crucial e diversa era a agência dos habitantes do continente africano para a realização de trocas comerciais com europeus a partir do Atlântico.

REFERÊNCIAS

ALMADA, André Álvares. Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana. IN: BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionária Africana**, s. II, v. 3, d092, 1594.

ARMITAGE, David. Three Concepts of Atlantic History. In: _____. **The British Atlantic World, 1500-1800**. New York: Palgrave MacMillan, p. 11-30, 2002.

BARROS, João de Barros. Recepção do Príncipe Bemoim. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africa**, s. II, v. 1, 2011, 1488, p. 530-534.

BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Cambridge: University Press, 2002.

BAYLIN, Bernard. **Atlantic History: Concepts and Contours**. Londres: Harvard University Press. 2005.

BIVAR, Manuel. **Kaabu, história de um império do início ao fim**. 165 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

BROOKS, George. **Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630**. Colorado: Westview Press, 1993.

_____. **Eurafricans in Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century**. Athens: Ohio University Press, 2003.

CADAMOSTO, Alvise. Navegações De Luiz De Cadamosto: A Que Se Ajuntou A Viagem De Pedro De Cintra, Capitão Português. In: MULLER, João. **Notícias Para a Historia, Geografia Das Nações Ultramarinas**, Lisboa: Academia Real de Ciências [1444] 1812.

COELHO Francisco. **Duas descrições seiscentistas de Guiné**. Lisboa: Academia de História Portuguesa [1669-1684] 1953.

²² Para mais ver NKRUMAH, Kwame, 1967.

DE MAREES, Pieter. **Description et récit historial du riche royaume d'or de Guinea, autrement nommé la Coste d'or de Mina, gisante en certain endroit d'Afrique.** Amsterdã: Comille Cheflon, 1605.

DIAS, Eduardo Costa; HORTA, José da Silva. La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un objet d'étude réévalués, **Mande Studies**, n.09, 2007.

DONELHA, André. Memorial de André Donelha a Francisco Vanconcelos da Cunha. IN: BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionária Africana**, s. II, v. 5, d036, 1625.

GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges and Opportunities. **American Historical Review**, Oxford, v. 111, n. 3, p. 741-757, jun. 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência.** São Paulo: Editora 34, 2001.

HAVIK, Philip. Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné. A dimensão atlântica da África, **II Reunião Internacional de História de África.** São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha, p. 161-179, 1999.

_____. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 79-120, 2002.

HORTA, José da Silva; MARK, Peter. **The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and The Making of the Atlantic World.** New York: Cambridge University Press, 2011.

JANNEQUIN, Claude. **Voyage de Libye au royaume de Senegal, le long du Niger** : avec la description des habitants qui sont le lon de ce fleuve, leurs coûtumes et façons de vivre, les particularités les plus remarquables de ces pays. Paris, Gallica, 1643.

JOBSON, Richard. The Golden Trade: Or, A Discovery of the River Grambra. In: GAMBLE, David P.; HAIR, P. E. H. **The Discovery of River Gambia (1623) by Richard Jobson.** London: The Hakluyt Society, [1621] 1999.

JONES, Adam. **Brandenburg Sources for West African History, 1680-1700.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1985.

LA COURBE, Michel. **Le premier voyage du sieur de La Courbe Fait à la Coste d'Afrique en 1685**, Paris: Société d'Histoire des Colonies Françaises, 1913.

LAW, Robin; MANN, Kristin. West Africa in the Atlantic Community: the Case of the Slave Coast. **William and Mary Quarterly**, v. 56, n. 2, 1999, p. 307-31.

LE BLANC, Vicent. **Les voyages fameux du Sieur Vincent Le Blanc marseillois , qu'il a faits, depuis l'âge de douze ans jusques à soixante, aux quatre parties du monde.** Paris: Gervais Clouster, 1649.

LE MAIRE, Jacob. **Les voyages du sieur Le Maire aux Isles Canaries, Cap Vert, Sénégal et Gambie**, Paris: Jacques Collombat, 1695.

MARKHAM, Clements. **The Hawkins Voyages**, Londres: The Hakluyt Society, 1878.

MOTA, Thiago. Instrução Islâmica na Senegâmbia e Práticas de Muçulmanos Africanos em Portugal: Uma Abordagem Atlântica (Séculos XVI e XVII). In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, 2017.

MOTA, Thiago. **História Atlântica da Islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII**. 373 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

NIANE, Djibril Tamsir. **Sundjata ou a epopéia mandinga**. São Paulo: Ática, 1982.

_____. Relações e intercâmbios entre as várias Regiões In: _____. (Org.). **História geral da África, IV: A África do século XII ao século XVI**. Brasília: UNESCO, p. 697-720, 2010.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PEREIRA, João. Presença dos Judeus na Guiné. In: BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**, s. II, v. 5, 1641, p. 355.

PERSON, Yves. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, Djibril Tamsir. (Org.). **História geral da África, IV: A África do século XII ao século XVI**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 337-359.

RAINOLDS, Richard; DASSEL, Thomas. **The Voyage of Richard Rainolds and Thomas Dassel to the Riuers of Senega and Gambra Adioning Vpon Guinea, 1591 with a Discourse of the Treasons of Certaine of Don Antonio his Seruants and Followers**. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v11/chapter66.html>.

RUBIÉS, Joan-Pau. The Worlds of Europeans, Africans and Americans, c. 1490. In: CANNY, Nicholas; MORGAN, Philip. (Ed.). **The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850**. Oxford: Oxford University Press, p. 21-37, 2011.

SAINT-LÔ, Alexis. **Relation du Voyage au Cap Verd**, Paris: Targa, 1637.

SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII**. 2008. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VILLAULT, Nicolas. **Relation des costes d'Afrique appelées Guinée: avec la description du pays, moeurs et façons de vivre des habitans, des productions de**



Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

terre et des marchandises qu'on en apporte... le tout remarqué dans le voyage
qu'il y a fait en 1666 et 1667. Paris. 1669.